

# Censura a Aureliano provoca apreensões

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Houve tempo em que, quando se lia nos pronunciamentos castrenses estarem os militares unidos e coesos em torno de seus chefes, ou as Forças Armadas militares, não faltando à Nação, era hora de passar nos supermercados, abastecer as despesas e, de qualquer forma, aguardar a tempestade. Muitos, até, colocavam pasta e escova de dentes no bolso.

Para mudar essa realidade, que, aliás, só veio a mudar muito depois de sua morte, o então chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto Castello Branco, enviou em 20 de março de 1964 aos generais sob seu comando uma instrução reservada onde, entre outras afirmações, acentuava:

"(...) Acontece que os meios militares são nacionais e permanentes. Não são para defender programas de governo, nem propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais e o seu funcionamento, bem como a aplicação da lei. (...) Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou com os defensores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros. (...) Se há doutrina que admite o seu emprego como força de pressão sobre um dos Poderes, é lógico que seria admissível voltá-la contra qualquer outro deles. Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constituídos e a sua coexistência. (...) Entrarão as Forças Armadas numa Revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar, e, mesmo, para gozar o poder? (...) "

Dois anos depois, nos idos de 1966, no exercício da Presidência da República, já feito marechal, Castello Branco completaria o raciocínio. Diria não serem as Forças Armadas partido político e, por isso, não poderiam ter candidatas às eleições. Referia-se à aventura em que se lançara por conta e risco próprios o general Antônio Carlos Muricy, felizmente malgrado na tentativa de tornar-se o primeiro governador biônico de Pernambuco.

Os conceitos e o ideal do primeiro presidente da revolução só se impuseram mesmo aos fatos depois que o general Ernesto Geisel demitiu seu ministro do Exército, general Sylvio Frota, em 1977. Mas precisam ser lembrados, pois, de repente, parecem esquecidos pelo general Walter Pires. O atual ministro do Exército acentuou em ordem do dia, sábado, que os militares não se devem impressionar "com a atitude daqueles que, desertando de seus compromissos com um passado tão próximo que até se configura presente, apressam-se, agora, em tecer um futuro que lhes parece mais próximo, como se fosse ético olvidar, ao sabor dos interesses pessoais, atitudes e posições livremente assumidas".

O ministro vibrou seu bastão de comando sobre as cabeças da Frente Liberal, que dissentiu do PDS e se bandeou para as oposições, terminando por apoiar a candidatura Tancredo Neves. Objetivou, sem a menor dúvida, atingir o vice-presidente Aureliano Chaves, por coincidência, dias antes por ele desconhecido para comparecer às solenidades em homenagem a Caxias, precisamente onde foi lido seu pronunciamento.

A pergunta que fica, em meio ao renascer de apreensões passadas, é por que cargas-d'água o general

Walter Pires precisou intrometer-se e censurar uma das práticas mais normais das democracias, a mudança de partidos? Ou terá sido a mudança de candidatas? Com isso, tem-se a impressão de que, por intermédio de um de seus maiores chefes, os militares manifestaram. Censuram o grupo que, hoje, tirou o pão da boca do deputado Paulo Maluf e contribuirá para a vitória de Tancredo Neves.

Aureliano Chaves foi o primeiro a responder. Discursou de improviso, domingo, no Clube de Engenharia do Rio, falando que partidos políticos não são organizações paramilitares que têm chefes, mas instituições civis que têm líderes. Resaltando não ter o hábito de fazer desafios nem de submeter-se a pressões, declarou que os leões podem rugir ou as hienas sorrir historicamente, "pois ambos até o final, conscientes e serenamente de que escolhemos o melhor caminho para servir à Pátria", tornando-se importante "refrescar a memória de alguns que ficaram com a boca torta pelo uso do cachimbo do poder".

A apreensão, ontem, em Brasília, era sobre o episódio não estar encerrado. Aureliano Chaves não dirá mais nada nem expedirá notas oficiais, pelo menos assim decidiu pela manhã, depois de chegar do Rio. Mas os ministros militares, tendo em vista que o brigadeiro Delfo Jardim de Mattos e o almirante Alfredo Karam se solidarizaram com o general Walter Pires? No mínimo não lhes faltarão oportunidades para novos pronunciamentos, daqui até as eleições: o 7 de Setembro, Dia da Independência; o 23 de Outubro, Dia do Avô; o 15 de Novembro, Dia da Proclamação da República; o 19 de Novembro, Dia da Bandeira; o 27 de Novembro, dia da Intentona Comunista; o 13 de Dezembro, dia do Marinheiro. Além disso, dezenas de formaluras militares no último mês do ano, bem como a realização do tradicional almoço de homenagem das Forças Armadas ao presidente da República. Salvo prova em contrário, agravada até pela resposta dura do vice-presidente, estariam os militares imaginando que passar do PDS para as oposições, formar a Frente Liberal ou trocar a candidatura vitoriosa no PDS pela do PMDB equivale a fugir do quartel na calada da noite levando todos os planos, códigos e segredos de Estado. Ou a abandonar o campo de batalha, no aceso da luta. Não é nada disso, mas mentalidades e concepções de tal teor, inerustadas ao longo de vidas inteiras de caserna, costumam muito a mudar. Ou melhor, não mudam.

Julgam os chefes militares, conforme se colhe em fontes diversas, que Aureliano Chaves, José Sarney, Marco Maciel e os demais dissidentes precisariam renunciar aos postos e funções que ocupam.

Pode ser que considerem o dever cumprido, através das palavras do ministro do Exército. Mas pode ser que não. Nesse caso, será bom passar pelos supermercados. Ou valerá a pena botar no bolso pasta e escova dental?

Mal maior não poderiam ter feito ao País o deputado Paulo Maluf e o presidente João Figueiredo. Aquela, por haver destruído o PDS, apesar de sua vitória. Ou por causa dela. Este, porque senão de estímulo, ao menos está tendo expressões de concordância absoluta com o discutível ponto de vista a respeito da inevitabilidade do apoio ao ex-governador de São Paulo. Os próximos dias serão difíceis, se não baixar sobre nós, rápido, o espírito do marechal Castello Branco.